

Senadores e especialistas querem a aprovação urgente do Fundeb

Audiência pública realizada ontem na Comissão de Justiça demonstrou a concordância de especialistas e senadores sobre a importância de se aprovar logo a proposta que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). A proposta de emenda constitucional foi acolhida em janeiro pela Câmara e será votada na CCJ

antes de seguir para o Plenário do Senado. O relator José Jorge afirmou que pretende apresentar o seu parecer o quanto antes e apressar a decisão da comissão. Antônio Carlos Valadares manifestou a expectativa de que o fundo ajude o país a alcançar o nível de investimento na educação recomendado pela Unesco para países de condição semelhante à do Brasil, que é de 6% do PIB. **Página 8**



Renan (C) preside reunião de líderes, que voltam a se encontrar amanhã para decidir sobre votação de MPs que trancam a pauta

J. Freitas

Congresso promulga hoje a liberação das coligações

Emenda acaba com a obrigatoriedade de se repetirem nos estados e municípios as coligações partidárias realizadas na eleição para presidente da República

O Congresso Nacional promulga hoje a emenda constitucional que põe fim à verticalização das coligações. A emenda libera os partidos políticos para fazerem qualquer tipo de aliança entre si nos âmbitos municipal, estadual e nacional já nas eleições deste ano. A proposta foi aprovada pelo Senado em 2002 e pela Câmara em fevereiro passado. Ao comunicar ao Plenário esse e outros resultados da reunião de líderes realizada em seu gabinete,

o presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a apresentação de proposta em busca de regras claras para o pagamento dos precatórios judiciais, cuja situação considerou caótica. Ele previu que o novo modelo, elaborado com a participação do Judiciário, pode dar uma solução definitiva para o problema. Os líderes também acertaram que Demostenes Torres fará estudo sobre a progressão de pena para autores de crimes hediondos. **Página 3**



Comissão facilita a aposentadoria de ocupantes de cargo de direção em escolas

Célio Azevedo

Aprovada restrição à venda de jogadores

A Comissão de Educação aprovou ontem projeto do senador Rodolpho Tourinho que proíbe a cessão ou transferência de atletas para o exterior durante competições oficiais. **Página 8**

Direção de escola vira função de magistério

As atividades de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico podem se tornar funções de magistério. A Comissão de Educação aprovou projeto nesse sentido. **Página 8**

Polêmica: a Super-Receita é constitucional?

Afirmção do presidente da Unafisco de que o projeto que cria a Super-Receita fere a Constituição recebe críticas do secretário da Receita Federal e do procurador-geral da Fazenda Nacional. **Página 6**



Romeu Tuma (4º à esquerda) preside audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Econômicos sobre projeto de lei que centraliza a arrecadação de tributos e contribuições sociais da União em um único órgão

Célio Azevedo

Mestrinho anuncia entendimento em torno da liberação de verbas previstas na Lei Kandir

Orçamento mais perto de um acordo

Governo e oposição quase concluíram ontem um acordo para resolver as últimas pendências no projeto de Orçamento da União para este ano, o que poderá acelerar sua votação nos próximos dias. Depois de uma reunião com líderes partidários, o presidente da Comissão Mista de Orçamento, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), anunciou que as bases do acordo estavam delineadas, faltando apenas a redação final das partes a serem modificadas no projeto.

De acordo com Mestrinho, seria retirada do relatório geral uma frase que condiciona a liberação de verbas da Lei Kandir à aprovação de um regulamento do fundo previsto na própria lei. Essa lei estabelece que a União ressarcirá os estados pela isenção de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações. Sem o regulamento do fundo, todo ano há grande disputa na votação do projeto orçamentário sobre quanto a União passará aos estados.

Renan recebe presidente da assembléia do Vietnã

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do presidente da Assembléia Nacional do Vietnã, Nguyen Van Na, que estava acompanhado por comitiva de parlamentares e empresários. Nguyen disse que o Vietnã apóia a pretensão do Brasil a uma vaga de membro permanente no Conselho de Segurança da ONU e que gostaria de contar com o apoio brasileiro à candidatura vietnamita a uma vaga de membro não-permanente no biênio 2008-2009.

– Nós temos muitos pontos de vista comuns, que são uma base sólida para o incremento das

relações políticas e comerciais entre Brasil e Vietnã. O Vietnã será o portão de entrada para o Brasil no sudeste asiático – disse Nguyen.

O parlamentar vietnamita agradeceu o apoio brasileiro ao ingresso do Vietnã na Organização Mundial do Comércio (OMC). Ele convidou Renan para conhecer o país asiático.



Nguyen (E) com Renan: apoio ao Brasil na ONU

Genádio Magalhães

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Congresso promulga fim da verticalização

O Congresso realiza sessão hoje, às 11h30, para promulgar a proposta de emenda constitucional que acaba com a verticalização. No Senado (foto), o Plenário realiza

sessão às 14h. Por falta de acordo entre os líderes, a pauta de votações continua travada por medidas provisórias e por projetos de lei de conversão.



Bingos toma depoimentos sobre fraudes em Ribeirão Preto

Com reunião marcada para depois da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a CPI dos Bingos ouve Mauro Pereira

Júnior, Marilene do Nascimento Falsarella e Paulo Antônio Henrique Negri. Os três trabalhavam no gerenciamento de contratos de

limpeza da prefeitura de Ribeirão Preto (SP) na gestão de Antonio Palocci. Também será ouvido o motorista Francisco Costa.



CDH discute uso de cobaias humanas em experiências

O uso de cobaias humanas em pesquisas na Amazônia é o tema da audiência na Comissão de Direitos Humanos (CDH), às 10h. Devem estar presentes os ministros da Saúde,

Saraiva Felipe (à esquerda), e da Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado (à direita); o promotor público do Amapá; e o presidente do Conselho Regional de Medicina do estado.

Reuniões das sub-relatorias da CPI dos Correios

A partir das 14h, a Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios ouve Késia do Nascimento, da empresa que arrenda aeronaves para a Skymaster; Luiz Carlos Scorsatto,

dos Correios; Hélio Aunhão, da Siemens; e dois representantes da Beta/Promodal. Às 10h, a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão ouve o operador Lúcio Funaro, ligado à

Guaranhuns, e outros operadores de mercado. Já a Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção faz a oitiva, às 10h, do professor da Unicamp Bruno Speck.

CRA analisa crédito para substituir plantações de tabaco

Às 9h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) analisa, entre outros itens, proposta sobre crédito agrícola na substituição de tabaco por outras culturas (PLS

341/05), enquanto a CCJ discute projeto sobre os juizados especiais da Fazenda Pública (PLS 118/05) e texto para ampliar os tipos de danos ao patrimônio cultural (PLS 47/04).



Novo ano do ILB, Unilegis e Interlegis

Às 10h, será realizada – com a presença dos senadores Efraim Morais (PFL-PB) e Pedro Simon (PMDB-RS) – a cerimônia de abertura do ano legislativo das comunidades para a integração do Poder Legislativo: Interlegis, Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) e Instituto do Legislativo Brasileiro (ILB), no auditório do Interlegis.

Manifestação contra impunidade

Às 15h, manifestantes da campanha “Diga Não à Impunidade” entregam aos presidentes do Senado e da Câmara documento contra a liberdade condicional aos condenados por crimes hediondos. Às 15h30, no Salão Nobre, será lançada a obra *Palavra de Presidente – A Oratória dos Presidentes do Senado*, de João Bosco Bezerra Bonfim.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Papaléo Paes, Rodolpho Tourinho, Roberto Saturnino, Augusto Botelho, Mozarildo Cavalcanti, Flávio Arns e Tião Viana

Mudança acaba com a obrigatoriedade de os partidos repetirem, nos estados, as mesmas coligações para disputa da Presidência da República

Emenda que libera coligações será promulgada hoje

A emenda constitucional que acaba com a obrigatoriedade de se repetirem nos estados e municípios as coligações partidárias realizadas para a disputa da Presidência da República será promulgada hoje pelas Mesas do Senado e da Câmara. O ato

ocorrerá em sessão solene do Congresso Nacional, marcada para as 11h30, no Plenário do Senado Federal.

A emenda libera os partidos para fazerem qualquer aliança nos âmbitos municipal, estadual e nacional para as eleições de

outubro de 2006 e as vindouras. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 4/02 foi aprovada pelo Senado em 2002 e pela Câmara em fevereiro deste ano.

Na semana passada, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), julgando consulta formulada pelo

Partido Social Liberal (PSL), decidiu, por 5 votos a 2, manter a verticalização nas alianças eleitorais. Esse princípio foi instituído em 2002 pela própria corte.

O presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato, divulgou

ontem nota afirmando que alterações na legislação eleitoral têm de ser feitas com um ano de antecedência do pleito. Busato avisou que a OAB entrará no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) da emenda.



Reunião de Renan Calheiros (D) com líderes decide pela apresentação de proposta que visa resolver, em até três anos, a questão

Senado quer regras claras para quitação de precatórios

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem ao Plenário que ficou acertada, em reunião realizada pela manhã com os líderes, a apresentação da proposta que cria regras claras para o pagamento dos precatórios, que somam R\$ 60 bilhões.

– Ao invertermos a ordem cronológica atual que tranca a fila dos pagamentos, ao nos depararmos com valores elevados, e priorizarmos os precatórios de menor valor, criando um fundo, estaremos dando um horizonte seguro na quitação das dívidas pendentes. O novo modelo, que teve uma inestimável participação do Judiciário, pretende resolver o problema, sendo que, em alguns estados, a questão poderá ser equacionada em até três anos.

Renan afirmou, no entanto, que “é preciso que todos fiquem atentos ao crescimento de um mercado negro de compra de precatórios com grande deságio, e cuja tendência é aumentar a partir da tramitação da proposta”.

Domésticos

Renan Calheiros parabenizou o governo pela decisão de permitir a dedução, no Imposto de Renda, da contribuição previdenciária do empregado doméstico, mas classificou a medida como acanhada. Ele disse que o Congresso pode e deve ousar, ampliando o alcan-

ce da proposta, pois considera injusto limitar a dedução apenas com um empregado, além de desrespeitar a isonomia prevista no artigo 5º da Constituição. “Afinal, todos são iguais perante a lei”, frisou.

– Em lares onde há mais de um empregado doméstico, qual o critério para formalizar um e seguir marginalizando o outro? No Congresso tramitam matérias de mesmo teor e devemos alargar o alcance da medida provisória. O tema não pode ser mais uma vítima da voracidade fiscal. Tem contornos humanos. Estamos falando não de um, mas de 7 milhões de trabalhadores domésticos que, na forma como está anunciada a MP, estarão condenados ao abandono, ao desamparo, à completa invisibilidade por parte do Estado, agora e na velhice – afirmou.

Abrangência

O presidente do Senado lembrou que já apresentou proposta mais abrangente e a levou ao conhecimento do presidente da República. Ele disse que conversou diversas vezes sobre a proposição com os ministros da Fazenda, do Trabalho e da Casa Civil. Também recordou que a então senadora Benedita da Silva (PT-RJ) teve projeto aprovado no Senado que beneficiava mais empregados e permitia a dedução

de até 30% da renda bruta do contribuinte.

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lembrou ter formulado proposta semelhante e estranhou que o ministro do Trabalho não tenha procurado os parlamentares para conversar sobre a medida do governo. A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) qualificou a apropriação, pelo Executivo, de idéias e projetos dos parlamentares como “legispirataria”.

Renan informou que foi acordado com os líderes que Demostenes Torres (PFL-GO) será responsável por um estudo sobre a progressão de pena para autores de crimes hediondos. Além disso, ficou agendado para amanhã nova reunião, para analisar o mérito das seis medidas provisórias que trançam a pauta e definir calendário para votação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

– Instados corretamente pelo líder do PSDB, senador Arthur Virgílio, resolvemos ainda adotar uma conduta padrão em todas as oportunidades em que acordos firmados aqui forem descumpridos na sanção presidencial. Isso, na contramão do bom senso, lamentavelmente ocorreu com a Lei de Florestas – disse o senador.

Demostenes pretende manter rigor nas penas para crimes hediondos

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) manifestou, em Plenário, preocupação com a possibilidade de abrandamento das penas dos crimes hediondos. Demostenes informou que um projeto de iniciativa do governo em substituição à lei vigente, diante de recente decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre esses crimes, poderá instituir a progressão com um terço da pena para réus primários e metade da pena para reincidentes.

– Isso quer dizer que quem for condenado a 15 anos por estupro, se primário, terá progressão com cinco anos. Sendo reincidente terá progressão com o cumprimento de metade da pena, ou seja, sete anos e meio.

O projeto foi elaborado pelo Executivo em razão de o STF ter-se pronunciado pela inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 2º da Lei 8.072, que proibia a progressão da pena nos crimes hediondos.

Ao informar sobre solicitação de estudo a respeito, feita pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, Demostenes adian-



Demostenes defende cumprimento de boa parte da pena antes da progressão

– tou que deverá elaborar projeto estabelecendo que os autores de crimes hediondos cumpram pelo menos metade da pena, nos casos de primariedade, e dois terços no caso de reincidência, antes de adquirirem o direito à progressão.

Em apartes, Ramez Tebet (PMDB-MS), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Sibá Machado (PT-AC) apoiaram Demostenes Torres. Tebet lembrou, contudo, que a decisão do STF não beneficia todos os autores de crimes hediondos, já que a concessão da progressão será analisada caso a caso pelos juízes.

Renan definirá hoje com os líderes a votação de MPs

O senador Renan Calheiros anunciou ontem, em Plenário, que convocou reunião de líderes para amanhã, a fim de discutir a tramitação de quatro projetos de lei de conversão (PLVs) e de duas medidas provisórias (MPs) que vêm trancando a pauta desde a semana passada. Conforme explicou, algumas das matérias já devem ser votadas nesta quinta-feira.

Estão na pauta de votações o PLV 2/06 (proveniente da MP 269/05), que dispõe sobre a gestão de recursos humanos das agências reguladoras; a MP 270/05, que abre crédito

extraordinário em favor da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Presidência da República e dos ministérios da Fazenda e da Integração Nacional; a MP 271/05, que autoriza a União a prestar auxílio financeiro complementar a estados, Distrito Federal e municípios; o PLV 3/06 (oriundo da MP 272/05), que dispõe sobre a carreira previdenciária no âmbito do INSS; o PLV 4/06 (a partir da MP 273/05), que abre crédito ao Ministério dos Transportes; e o PLV 5/06 (da MP 274/05), que altera o Plano Nacional de Viação.



No texto lido por Tião Viana, dom Geraldo Magella aponta distorção de comentário seu sobre o governo

Viana lê nota da CNBB negando oposição a Lula

Tião Viana (PT-AC) leu em Plenário nota de esclarecimento do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em que o cardeal dom Geraldo Majella Agnelo aponta distorção de comentários seus sobre o governo Lula, feitos à imprensa durante o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2006. No texto, o religioso afirma que a CNBB não faz oposição ao governo, procurando apenas chamar atenção para os problemas enfrentados pela população.

ACM destaca entrevista de João Ubaldo

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) destacou em Plenário o título da entrevista concedida pelo escritor João Ubaldo Ribeiro, membro da Academia Brasileira de Letras, a um jornal baiano: “Lula é um assassino dos sonhos do povo brasileiro”.

– Além de assassinar sonhos, está assassinando pela fome milhares de brasileiros – disse.

ACM apelou ao Senado para que tome providências visando evitar lucros exorbitantes dos banqueiros.



Antonio Carlos também pediu medidas para impedir lucros exorbitantes dos banqueiros

Estudo do Banco Mundial aponta avanços, afirmam Ideli e Mercadante. Para Bornhausen, Brasil tem pressa em crescer

Crescimento e desigualdade geram debate em Plenário

O líder do governo, Aloizio Mercadante, e a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti, destacaram a melhora da posição do Brasil no *ranking* das desigualdades sociais elaborado pelo Banco Mundial. Conforme observaram, apesar de ainda insatisfatória, a classificação atual do país é a melhor em 25 anos. Por sua vez, Jorge Bornhausen criticou os resultados da economia brasileira e lamentou que o governo não tenha aproveitado a boa fase da conjuntura econômica mundial.

Ideli Salvatti



Melhora a distribuição de renda no país

A líder do PT, senadora Ideli Salvatti (SC), destacou ontem em discurso a melhora da posição do Brasil no *ranking* das desigualdades sociais elaborado pelo Banco Mundial. Conforme o estudo, o Brasil saiu do segundo para o décimo lugar na classificação de pior país em distribuição de renda. Antes, só perdia para Serra Leoa, um pequeno país na África Ocidental.

O fato, a seu ver, merece discreta comemoração, uma vez que essa é a melhor posição já alcançada pelo Brasil nos últimos 25 anos. Ideli lembrou que, durante os oito anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, os fatores que medem a evolução na distribuição de renda mantiveram-se estáveis.

– Estivemos próximos de sermos campeões na concentração de renda e desigualdades, mas esse resultado leva à reflexão sobre o papel do Executivo, do Legislativo e do Judiciário no avanço de políticas de combate a essa chaga no Brasil – enfatizou.

Jorge Bornhausen



Injustiça social, Estado máximo e cidadão mínimo

Jorge Bornhausen (PFL-SC) criticou declaração do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em entrevista à revista britânica *The Economist*, na qual disse não ter pressa de fazer a economia brasileira crescer. A seu ver, essa declaração reflete uma apologia do presidente da República à incompetência do governo federal. Lembrou que Lula, à época de sua candidatura à Presidência, prometeu um espetáculo de crescimento, com a geração de mais de 10 milhões de empregos.

– O Brasil tem pressa em crescer sim. Só crescendo é que vamos ter os empregos capazes de absorver não só os desempregados, mas também as novas gerações, que devem ter oportunidade de trabalho. Vivemos em um triângulo de atraso: injustiça social, com um Estado máximo e um cidadão mínimo – disse, lamentando que o Brasil não tenha aproveitado as oportunidades da boa conjuntura econômica mundial, ocorrida em 2003 e 2004.

Aloizio Mercadante



Conquistas sociais e econômicas

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou ontem que em três anos o governo Luiz Inácio Lula da Silva obteve uma série de conquistas expressivas nos campos econômico e social. A mais recente delas, de acordo com o parlamentar, foi sair do segundo para o décimo lugar no levantamento estatístico do Banco Mundial que mede a desigualdade social.

Mercadante disse que não se considera plenamente satisfeito com essa posição, a melhor em 25 anos, mas que as ações do governo vão aos poucos revertendo essa situação. Ele creditou a melhora a programas como o Bolsa-Família e à redução das taxas de juros, além da queda nos preços da cesta básica.

– A distribuição da renda tem que ser o centro do nosso programa de desenvolvimento – afirmou.

Em aparte, Sibá Machado (PT-AC) disse acreditar que a queda nas taxas de juros carreará mais recursos para o setor produtivo.

Cristovam: roubo em quartel reflete omissão

Para o senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o roubo de armas ocorrido em um quartel no Rio de Janeiro, no último dia 3, é resultado de uma “cadeia de omissões” por parte de dirigentes do país em relação às Forças Armadas. A primeira dessas omissões, afirmou, ocorreu há mais de cem anos, quando combatentes do Exército que participaram da Guerra de Canudos foram para o Rio e criaram a primeira favela – justamente a do Morro da Providência, agora ocupada por militares.



Na opinião de Cristovam Buarque, as Forças Armadas estão sendo abandonadas pelo poder público

– As Forças Armadas foram abandonadas. Os salários dos militares nunca foram privilegiados e nem o regime militar investiu como outros países o fazem – disse.

O senador criticou ainda a falta de investimentos na profissionalização dos militares.

Jefferson quer ação conjunta para salvar o Rio

Jefferson Péres (PDT-AM) exigiu ontem uma ação conjunta dos governos federal, estadual e municipal para salvar a cidade do Rio de Janeiro e livrá-la dos traficantes de drogas. Comentando o assalto realizado a um quartel do Exército na cidade, na semana passada, o senador disse que a sociedade brasileira está doente por tolerar tais ações.

O parlamentar mencionou outras atitudes das quadrilhas do crime organizado na capital fluminense: o fechamento de ruas e a



Traficantes dominam morros cariocas e constituem um poder paralelo, afirma Jefferson Péres

decretação de feriados. Ele afirmou que os narcotraficantes dominam os morros cariocas e constituem poder paralelo ao Estado. Além desses problemas, Jefferson lamentou a profusão de camelôs nas ruas do Rio e as inúmeras famílias de sem-teto vivendo sob as marquises na cidade.

Magno Malta pede construção de presídio no ES

Magno Malta (PL-ES) fez apelo ao governo federal e a autoridades e empresários capixabas para que seja construída uma penitenciária de segurança máxima em seu estado. Ele lembrou que, mesmo com a prisão de nove criminosos responsáveis pela onda de incêndios a ônibus nos últimos meses, esses crimes não poderão ser evitados por serem comandados de dentro dos presídios no Espírito Santo.

– A construção que foi feita rapidamente no Acre, durante o governo Fernando Henrique, precisa se



Segundo Magno Malta, estado precisa de unidade de segurança máxima para bandidos violentos

repetir em meu estado para recolher os 50 bandidos mais violentos, que têm colocado a sociedade em pânico – disse.

O senador anunciou que deve receber hoje um abaixo-assinado contendo 1,3 milhão de assinaturas em apoio a seu projeto que visa à redução da maioria penal.

Heloísa defende a verticalização para este ano

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) defendeu a manutenção da verticalização para as eleições deste ano. O Congresso aprovou, em fevereiro, emenda constitucional acabando com a regra, mas não a promulgou. Na semana passada, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu mantê-la.

– Apesar de algumas distorções circunstanciais, a verticalização permite o aperfeiçoamento das estruturas partidárias do país. A regra possibilita, de uma certa forma, que a política de alianças, e, portanto, a tática eleitoral, seja co-



Heloísa: mesmo com algumas distorções, a verticalização aperfeiçoa estruturas partidárias

erentes com os objetivos estratégicos dos programas partidários – argumentou.

Heloísa Helena quer que a emenda seja válida apenas para as eleições posteriores a deste ano, para que se respeite a norma segundo a qual mudanças nas regras eleitorais só podem vigorar após um ano de sua aprovação.

Heráclito Fortes lamenta atual crise do PT

Heráclito Fortes (PFL-PI) lamentou a crise por que passa o Partido dos Trabalhadores diante da atual conjuntura política. Para ele, em passado recente, ninguém ousaria dizer que no PT havia corruptos. O senador teceu esse comentário ao relatar as denúncias feitas ontem por um depoente na CPI dos Bingos, envolvendo PT, e que ninguém usou da palavra para defender a honorabilidade do partido.

– O PT sabe que está no banco dos réus e, em



Heráclito pede punição daqueles que mancharam a história do Partido dos Trabalhadores

nenhum momento, está procurando punir aqueles que colaboraram para que o partido tivesse sua memória irremediavelmente ferida de morte – afirmou, lembrando que o Partido dos Trabalhadores possui 1 milhão de militantes, e que a corrupção envolveu setores específicos.

Mão Santa diz que PMDB fará prévia no Piauí

Mão Santa (PI) advertiu a cúpula do PMDB que o partido vai realizar uma prévia para a escolha do candidato a governador no seu estado. Segundo o senador, a tentativa de acabar com a verticalização nas coligações a poucos meses da eleição configura manobra para evitar que o partido lance nomes nos estados e apóie a candidatura do presidente Lula à reeleição, com o que afirmou não concordar.

– O que querem esses vendilhões do PMDB, o



Mão Santa afirma ser contra possível apoio do PMDB a Lula caso seja mantida a verticalização

partido de Ulysses Guimarães? Eu votei contra Lula na época da aprovação da nefasta PEC da Previdência. Quiseram me comprar, mas eu fui contra – disse.

Ele informou que seus correligionários no Piauí receberam a visita de pré-candidatos do partido a presidente da República.

Presidente de comissão parlamentar de inquérito informa que já obteve assinaturas necessárias para prorrogar os trabalhos

CPI dos Bingos terá mais 60 dias, anuncia Efraim

O senador Efraim Morais (PFL-PB), presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, informou, na noite de ontem, que já conseguiu as 27 assinaturas necessárias para a continuidade dos trabalhos da CPI por mais 60 dias. Já prorrogada uma vez, a comissão encerraria seus trabalhos em 25 de abril. Com a nova prorrogação, deverão ser estendidos até 25 de junho de 2006. Efraim destacou que o requerimento poderá ser lido hoje em Plenário.

Ele disse que pretende obter mais adesões e finalizar a coleta com um número de



Efraim Morais garante que comissão "não vai concluir um relatório com cara de pizza"

35 a 40 assinaturas de senadores. Destacou que, até agora, nenhum parlamentar do Partido dos Trabalhadores assinou o requerimento de prorrogação. Efraim afirmou que a prorrogação por 60 dias é uma medida

Para senador, depoente não apresentou provas

Após o término da 60ª reunião da CPI dos Bingos, ontem, o presidente do colegiado, senador Efraim Morais, avaliou negativamente o depoimento de Evaldo Rui Vicentini, ex-tesoureiro do PPS de São Paulo. Na opinião de Efraim, o depoente apresentou argumentos fracos e não trouxe provas para embasar as acusações.

– O depoimento de hoje [terça-feira] não foi proveitoso. Poderíamos ter aproveitado bem melhor o nosso tempo – frisou Efraim.

Vicentini, que foi expulso do PPS, iniciou seu depoimento afirmando que o PT lançou mão de “três

vertentes para arrumar dinheiro para financiar campanhas políticas”: ligações com o crime organizado e irregularidades em empresas de lixo e de transporte público. De acordo com o depoente, a suposta ligação do PT com o crime organizado teria se iniciado no Rio Grande do Sul quando, assegurou, João Arcanjo Ribeiro (o Comendador Arcanjo), em conjunto com Carlos Augusto Ramos (o Carlinhos Cachoeira), “financiam a construção da sede do PT de Porto Alegre”.

O ex-tesoureiro disse acreditar que o assassinato do prefeito petista de Santo André (SP) tenha

preventiva para que a CPI tenha tempo para finalizar as investigações e concluir o relatório final com calma. O presidente disse esperar encerrar os trabalhos da comissão antes de 25 de junho.

– Temos novas investigações, estamos esperando quebras de sigilos que estão demorando. Precisamos disso para concluir o relatório. Não vamos fechar o relatório a toque de caixa. Temos que fechar com responsabilidade e com provas para encaminharmos ao Ministério Público. Não vamos concluir um relatório com cara de *pizza*.

ligação com as atividades criminosas do Comendador Arcanjo. Segundo Vicentini, o esquema de corrupção montado pelo PT em Santo André se repetia em outras prefeituras paulistas.

– O crime organizado se aliou ao PT.

As acusações de Vicentini foram rebatidas enfaticamente pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Tião Viana (PT-AC) e Flávio Arns (PT-PR). Arns chegou a classificar o depoente de leviano e Tião Viana disse não acreditar em nenhuma palavra do depoente. Suplicy chegou a enumerar cerca de uma dúzia de processos judiciais contra Vicentini.

Almeida Lima quer prorrogar CPI dos Correios

O senador Almeida Lima (PMDB-SE) defendeu a prorrogação dos trabalhos da CPI dos Correios, como uma maneira de apurar as denúncias de corrupção ainda não completamente desvendadas e as que estão vindo à tona agora. Ele citou matéria da revista *Veja* desta semana,



Almeida Lima defende a investigação de acusações que só agora estão vindo à tona

em que o apresentador de TV Ratinho é acusado de receber dinheiro do PT para defender o governo.

O parlamentar disse que

não tem qualquer restrição em afirmar isso pelo fato de pertencer ao PMDB, partido que poderia ser alvo de denúncias do empresário Marcos Valério.

Almeida Lima diz ter esperado muito por este momento, uma vez que foi criticado por acusar o ex-deputado e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu de envolvimento no caso Waldomiro Diniz.

– Levei muita pancada na imprensa e neste Plenário – ressaltou.



Processo da Raposa Serra do Sol é classificado por Mozarildo como "criminoso e fraudulento"

Mozarildo critica demarcação de reserva

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a protestar contra o processo de demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o qual classificou como “criminoso e fraudulento”. Segundo informou, essa é a 35ª reserva demarcada no estado, tem 1,7 milhão de hectares e está localizada na fronteira do Brasil com a Venezuela e a Guiana.

O senador disse que a maioria dos índios que lá residem discorda da estruturação dada à reserva pelo governo Lula.

Suassuna pede intervenção da PF

Ney Suassuna (PMDB-PB) pediu a intervenção da Polícia Federal na investigação de assalto contra o prefeito de Patos (PB), Nabor Vanderlei. Ele foi agredido a coronhadas e teria perdido uma camionete no valor de R\$ 80 mil.

Suassuna observou que os assaltantes, supostamente de fora da Paraíba, portavam armamento pesado, exclusivo das Forças Armadas.

João Ribeiro: recursos para TO

João Ribeiro (PL-TO) comemorou o aumento significativo de recursos do Orçamento da União para o Tocantins, na área educacional, da ordem de R\$ 16 milhões nos últimos dois anos. Segundo ele, a vitória foi obtida graças ao empenho da bancada tocaninense no Congresso. O senador registrou que duas instituições de ensino tiveram aumento de 224% nas verbas federais.

Procurador-geral da Fazenda Nacional contesta o argumento da Unafisco de que projeto do governo é inconstitucional

Especialistas divergem sobre Super-Receita

Com base em documento elaborado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal – Brasil (Unafisco), Carlos André Nogueira, disse que o projeto que cria a Super-Receita é inconstitucional por propor a fusão de órgãos autônomos e autárquicos. A afirmação provocou polêmica durante a audiência pública realizada ontem na Comissão de Assuntos Econômicos e foi contestada pelo procurador-geral da Fazenda Nacional, Manoel Felipe Brandão, que afirmou não ser pertinente a colocação da OAB.

Na audiência pública sobre o projeto de lei (PLC 20/06) que cria a Secretaria da Receita Federal do Brasil, centralizando a arrecadação de tributos e contribuições sociais da União em um único órgão, denominado Super-Receita, Carlos André explicou que, segundo a OAB, o projeto viola a Constituição na sistematização da Previdência Social ao transferir as atribuições desse órgão para a Receita Federal. Somente a integração dos dois órgãos não feriria a Constituição, observou, mas, a proposta de fusão não se sustenta, disse.



Carlos André, da Unafisco, diz que fusão de órgãos autônomos e autárquicos contraria Constituição

Já Manoel Brandão entende que não há inconstitucionalidade na proposta do governo. "Se essa medida fosse inconstitucional, já seria inconstitucional também a transferência da Secretaria da Receita Previdenciária para o Ministério da Fazenda. A Receita já arrecada há anos inúmeros tributos previdenciários e nada haverá de mal fazer a arrecadação de mais uma contribuição", assinalou o procurador.

queda na arrecadação, apontada pelo presidente do Unafisco, foi objeto de uma das perguntas feitas a Rachid pelo relator do projeto na CAE, senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). Preocupado com a questão da constitucionalidade da matéria, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) sugeriu o envio do projeto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) antes de sua votação na CAE.

O secretário da Receita Federal, Jorge Antonio Rachid, também contestou as afirmações do presidente do Unafisco, observando que, "num primeiro momento, não há mudança constitucional e o projeto diz que a Receita prestará contas à Previdência".

– Ninguém está falando em mudança de destinação de recursos – argumentou, analisando ainda que não houve queda na arrecadação em setembro e outubro de 2005, período em que esteve em vigor a medida provisória da Super-Receita, derrubada posteriormente pelo Congresso. A ocorrência de

Jereissati sugere avaliador para evitar abusos

Tasso Jereissati (PSDB-CE) anunciou, na audiência pública promovida ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos, que vai apresentar uma série de emendas ao projeto, em tramitação no Senado, que cria a Super-Receita. Entre elas, adiantou o senador, destaca-se a que prevê a figura do "avaliador tributário", a quem caberia detectar eventuais abusos ou erros cometidos pelo governo com relação ao contribuinte. O avaliador tributário, ressaltou Jereissati, seria indicado pelo Senado, com mandato previamente determinado.

Em resposta, o secretário da Receita Federal, Jorge Antonio Rachid, manifestou interesse pela proposta e solicitou maiores detalhes sobre o seu conteúdo. Informou, entretanto, que já existe um projeto-piloto em andamento na Receita que permite ao contribuinte acompanhar, integral e permanentemente, o seu respectivo litígio com a Fazenda Nacional. Rachid explicou que o projeto da Super-Receita, que engloba a Receita Federal e Previdenciária, tem por meta organizar a administração tributária federal.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) quis saber se o projeto da Super-Receita teria alguma correlação com a reforma tributária, em tramitação no Congresso Nacional. Rachid negou correlação, ao mesmo tempo em que descartou, em resposta ao senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a possibilidade de os estados pagarem as suas dívidas em um prazo maior do que 60 meses.



Objetivo de emenda de Jereissati é proteger interesse do contribuinte



Segundo Gilvam Borges, baixo salário reduz interesse pela função

Gilvam pede a votação de MP que beneficia peritos

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez apelo aos parlamentares para que aprovem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 3/06, oriundo da Medida Provisória 272/05, que, entre outras providências, reestrutura a carreira previdenciária, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Ele disse que a proposição garante melhor remuneração aos médicos peritos do instituto. O senador explicou que, embora a perícia responda por 70% dos procedimentos, com 600 mil exames mensais e recursos anuais da ordem de R\$ 20 bilhões, há falta de médicos concursados em razão dos baixos níveis salariais.



José Jorge defende a votação, na CCJ, de projeto de lei de sua iniciativa

José Jorge quer proibir propaganda de empréstimos

José Jorge (PFL-PE) dirigiu apelo ao presidente da Comissão de Justiça (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), para que coloque em pauta projeto de sua autoria (PLS 161/05) que proíbe os bancos de fazerem propaganda de empréstimos com desconto em folha para aposentados.

Conforme o senador, por força de uma liminar obtida pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, a veiculação das peças publicitárias pelos meios de comunicação está suspensa. Elas só podem voltar a ser exibidas quando informarem claramente os custos do empréstimo.

Rachid: aumento da arrecadação sem elevar tributos

O objetivo da criação da Super-Receita é conseguir elevar a arrecadação sem elevar tributos, segundo afirmou Jorge Rachid durante a audiência pública na CAE. Ele disse que o aumento da arrecadação é bom para o Estado brasileiro e deve retornar à sociedade na forma de benefícios.

O secretário da Receita Federal informou que, quando estiver implantada, a Super-Receita deverá arrecadar 65% dos tributos no país e que haverá a unificação das funções em um único cargo: o de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

Sobre fiscalização da previdência privada, os chamados fundos de pensão, Rachid esclareceu, em resposta ao relator, senador Rodolpho Tourinho, que a questão não é matéria para a administração tributária.

Rosa Maria Campos Jorge, presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), defendeu a Super-Receita, concordando com o argumento de que a adoção da medida vai

Bornhausen cobra o Código do Contribuinte

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) ressaltou que a criação da Super-Receita terá efeitos não só para o atual governo, mas também para os futuros e para o país como um todo, e por isso deve ser muito bem pensada. O parlamentar disse que é preciso lembrar do contribuinte e, nesse sentido, sugeriu que seja incluída na pauta da CAE a votação do Código de Defesa do Contribuinte, de sua autoria.

Em resposta a Jefferson Péres

(PDT-AM), Jorge Rachid afirmou que foi uma decisão de governo usar anteriormente medida provisória – e não um projeto de lei – para unificar a Receita Federal e a Receita Previdenciária. A MP não foi votada a tempo e perdeu o valor legal. O secretário informou que a unificação vem sendo cogitada desde 1999 e que o objetivo, em 2005, foi implementar a mudança o mais rápido possível para garantir maior eficiência dos dois órgãos.

aperfeiçoar a máquina administrativa. Frisou que os auditores fiscais pleiteiam sua inclusão no novo órgão, para, assim, participar de um "eficaz combate à sonegação, ao contrabando e a toda sorte de evasão fiscal".

O presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), Ovídio Palmeira Filho, disse que a unificação das receitas é

"elemento essencial da redução da carga tributária e garantia da implementação das políticas públicas".

Paulo Antenor de Oliveira, presidente do Sindicato Nacional dos Técnicos da Receita Federal (Sindireceita), que também apóia o projeto, ressaltou que ainda poderá haver avanços, como, por exemplo, no âmbito da fiscalização aduaneira.

Rosevelt Pinheiro

Rosevelt Pinheiro



José Cruz

Paim solidariza-se com jogador de futebol que denunciou ato racista praticado em campo

Paim apóia jogador vítima de racismo

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que vai apresentar requerimento de voto de apoio ao jogador de futebol Jeovânio, ao clube em que ele atua, o Grêmio, e ao Ministério Público do Rio Grande do Sul, que investiga a denúncia de que Jeovânio foi vítima de ato racista praticado pelo jogador Antônio Carlos, do Juventude.

– A atitude de Jeovânio é um exemplo a ser seguido por todos que sofrem discriminação racial – afirmou Paim, parabenizando o jogador gremista por denunciar o ato.



Rosevelt Pinheiro

Pavan propõe que mortes em brigas de torcidas sejam consideradas crime premeditado

Pavan lamenta a morte de torcedor em SC

Leonel Pavan (PSDB-SC) lamentou em Plenário a morte do jovem Júlio César Ganzer da Cruz, torcedor do Joinville Esporte Clube. O rapaz de 17 anos foi atingido no rosto por uma pedra de três quilos lançada por torcedores de um time rival na última quarta-feira. O senador defendeu a tipificação desse crime como assassinato premeditado.

– Que tipo de pessoa prepara uma emboscada e agride outra com tanta ferocidade? Só pode ser um assassino – afirmou.

Senador afirma que a medida sobre renegociação de dívidas rurais do Nordeste, se comparada ao projeto de lei que tratava do mesmo assunto e que foi vetado, é um desrespeito à região

Tourinho diz que MP torna inviável a quitação de débitos dos produtores

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou, da tribuna, a edição da medida provisória (MP 285/06) que estabelece critérios para a renegociação de dívidas de agricultores do Nordeste. Para o senador, a MP não beneficia os produtores rurais, pois restringe aqueles que poderão renegociar suas dívidas e impõe condições que tornam inviável a quitação.

Tourinho também lamentou o veto do presidente Lula ao projeto de lei da Câmara (PLC 142/05) que tratava do mesmo assunto, mas estendia a possibilidade de renegociação a to-



Rosevelt Pinheiro

Tourinho considera MP 285 ruim para os agricultores da Adene

dos os agricultores da região abrangida pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene), permitindo uma quitação com prazos mais longos e juros menores. O projeto foi aprovado pelo Senado no dia 14 de fevereiro e vetado pelo presidente da República na segunda-feira.

Para o senador, enquanto a medida provisória restringe a possibilidade de renegociação aos agricultores que têm dívidas de até R\$ 50 mil, contraídas com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), o

projeto de lei aprovado pelo Congresso estenderia essa possibilidade a todos os agricultores da área da Adene. Além disso, enquanto a MP determina que os agricultores que optarem pela renegociação façam o pagamento em até seis anos, sem carência para o começo da quitação das parcelas, a projeto vetado permitia que o pagamento acontecesse em até 25 anos, com carência de quatro anos.

– A edição dessa MP é um desrespeito não só aos produtores rurais, mas a toda a população do Nordeste – afirmou Tourinho, recebendo apoio dos senadores Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Heloísa Helena (PSOL-AL), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Osmar Dias pede providências contra crise na agricultura

Osmar Dias (PDT-PR) comentou pesquisa da Federação da Agricultura do Paraná que revela que 70% dos produtores do estado não terão como pagar as dívidas contraídas para plantar a próxima safra. A estiagem, a inexistência de um seguro para proteger os agricultores das adversidades climáticas e a queda dos preços agrícolas foram fatores citados para explicar a crise no campo.

– Os produtores rurais estão empobrecendo de forma dramática e o governo federal até agora não acenou com nenhuma medida que possa mudar esse quadro – protestou.

Segundo o senador, os prejuízos do agronegócio no Paraná já somam R\$ 2 bilhões, com reflexos na indústria de máquinas agrícolas e no comércio. Entre entrevistados, 87% disseram não pretender adquirir maquinário este ano. Outra razão apontada por Osmar Dias para a crise é a hesitação dos governos federal e estadual na definição de medidas ante as suspeitas de existência de surtos de febre aftosa no Paraná.



Rosevelt Pinheiro

Osmar Dias: os produtores rurais estão empobrecendo

– O setor agropecuário vai entrar num processo de empobrecimento. Se não for tomada providência imediata, ele vai atingir todos os segmentos da economia brasileira – alertou.

Os senadores Juvenício da Fonseca (PSDB-MS), Leonel Pavan (PSDB-SC), Magno Malta (PL-ES) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apoiaram, em apertes, o discurso de Osmar Dias.

Serys alerta para necessidade de apoio ao agronegócio

A senadora Serys Shessarenko (PT-MT) pediu providências ao governo para tirar o agronegócio em Mato Grosso de uma situação considerada por ela como “extremamente difícil”. A senadora alertou para a perda de renda causada por fatores como os custos de transportes e fertilizantes e observou que o agronegócio é de importância fundamental para o seu estado, primeiro produtor nacional de soja, algodão e carne bovina.

– Espero que, em medida provisória sobre agricultura a ser editada brevemente, o governo contemple os produtores rurais de Mato Grosso – disse, tendo sido apoiada pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Ana Júlia Carepa (PT-PA), também preocupados com os custos de transportes na região amazônica.

Serys referiu-se ainda ao congresso dos docentes do ensino superior que se realiza em Cuiabá. Ela se colocou à disposição dos docentes para encaminhar as propostas aprovadas no evento e elogiou o governo pela implantação do plano de extensão dos *campi* universitários.

Virgílio critica política de reforma agrária de Lula

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), utilizou editorial do jornal *Folha de S. Paulo* para reforçar críticas que fez ao programa de reforma agrária do governo Lula. No editorial, intitulado “O preço da leniência”, é destacada a “parceria entre o governo Lula e os movimentos dos trabalhadores sem-terra que tem como principal resultado o aumento do número de invasões em propriedades produtivas de todo o país”.

– Foram 770 nos primeiros três anos do governo Lula, um aumento de 50% em relação ao triênio imediatamente anterior, com o registro de 72 mortes entre 2003 e 2005, contra 33 nos três anos anteriores – enfatizou o senador, referindo-se a dados citados no editorial.

Virgílio observou que, paradoxalmente, o país começa a enfrentar uma crise na agricultura, causada por fatores econômicos como a taxa de câmbio e os juros cobrados nos empréstimos para o setor. No seu entendimento, a “reforma agrária assistencialista” do governo afasta o investimento na produção rural.



Rosevelt Pinheiro

Segundo Aelton Freitas, a crise na produção de leite em Minas Gerais atingiu níveis alarmantes

Aelton defende a pecuária leiteira

Aelton Freitas (PL-MG) declarou que, após viajar pelo interior de Minas Gerais, constatou que “a crise da pecuária leiteira atingiu níveis alarmantes”. O senador defendeu a adoção de medidas “que permitam a recuperação efetiva da situação de pequenos e médios produtores”.

O representante de Minas Gerais propôs que o governo inclua o leite como item obrigatório na merenda escolar; a adoção de mecanismos reguladores de preços; e a redução da carga tributária paga pelos produtores de leite.



J. Freitas

Sibá comemora compra de biodiesel feito de matérias-primas como a mamona

Sibá enaltece programa de biodiesel

Sibá Machado (PT-AC) comemorou a assinatura dos primeiros contratos de compra de biodiesel pelo presidente Lula e pelo ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto. Para o senador, o biodiesel – que será produzido com matéria-prima fornecida por agricultores familiares – trará benefícios como inclusão social, alívio na balança comercial, menor dependência de combustíveis fósseis em vias de esgotamento, menos poluição, possibilidade de exportação e créditos de carbono.

Participantes da audiência pública realizada pela CCJ destacam importância do atendimento aos estudantes da educação infantil e dos ensinos fundamental e médio

Especialistas e parlamentares defendem aprovação do Fundeb

A aprovação urgente da proposta de emenda à Constituição que institui o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb) foi defendida ontem tanto por profissionais do setor quanto por senadores. Eles estavam reunidos em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para discutir a PEC 9/06, que cria o Fundeb, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

A PEC foi aprovada em janeiro pela Câmara e será examinada pela CCJ, antes de seguir para o Plenário, que a apreciará em dois turnos de votação. Uma das principais diferenças entre o Fundeb e o Fundef é que este último atende apenas alunos do ensino fundamental, enquanto o



Entre Maria do Pilar (E) e Maria Auxiliadora, Antonio Carlos preside audiência na CCJ

o novo fundo incluirá estudantes da educação infantil – inclusive creches para crianças de até três anos – e do ensino médio.

A presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Maria do Pilar Almeida e Silva, apontou avanços no Fundeb, mas ressaltou a necessidade de se dispor de pro-

jetos pedagógicos para orientar a aplicação dos recursos.

Já para a secretária de Educação do Tocantins e vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação, Maria Auxiliadora Rezende, é preciso ainda ampliar a discussão sobre o volume de recursos necessários para compor o novo fundo.

José Jorge promete apressar votação do fundo na CCJ

Durante a audiência na CCJ sobre o Fundeb, o relator da matéria, José Jorge (PFL-PE), afirmou que pretende apresentar seu parecer o quanto antes e apressar a votação da PEC na comissão.

O senador não definiu, no entanto, uma data para colocar a proposta em votação, pois, como lembrou, é preciso estabelecer ainda prazo para o recebimento de emendas e concluir as demais audiências públicas para instruir a proposta, que seguirá direto

para o Plenário.

Relator do Fundef na Câmara, quando foi deputado, José Jorge afirmou que esse fundo cumpriu seu papel, mas há distorções a serem corrigidas pelo Fundeb.

– A complementação da União ao Fundef é ridícula e simbólica. Para cada 30 milhões de alunos, contribui com apenas 1,5%. Isso não surte efeito algum. Com o Fundeb, essa contribuição vai aumentar, porém o número de alunos também deve dobrar – afirmou José Jorge.

Patrícia Saboya (PSB-CE) ressaltou a inclusão das crianças de até três anos como beneficiárias do novo fundo e Ana Júlia Carepa (PT-PA) pediu prioridade para a implantação do Fundeb.

A CCJ realiza amanhã outra audiência para discutir o Fundo de Manutenção da Educação Básica. Entre os convidados estão o governador de Sergipe, João Alves Filho; o ex-ministro da Educação Paulo Renato Souza; e o ex-secretário de Fazenda da Bahia Albérico Mascarenhas.

Valadares quer mais investimentos na educação

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) ressaltou a importância da discussão, no âmbito da Comissão de Justiça (CCJ), da proposta de emenda à Constituição (PEC 9/06) que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Sua expectativa é de que o fundo ajude o país a alcançar o nível



Previsão de aumento de recurso federal para o setor foi ressaltada por Valadares

de investimento na educação recomendado pela Unesco, que é de 6% do produto interno bruto (PIB).

– O investimento brasileiro não alcança sequer a marca de

3%, número muito distante dos 6% recomendados pela Unesco aos países de condição semelhante à nossa – alertou.

Dentre as vantagens associadas ao Fundeb, Valadares assinalou a vinculação ao ensino básico de 20% da arrecadação tributária de estados e municípios, além da incorporação de outros impostos, como o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Ele elogiou ainda a previsão de elevação, no prazo de cinco anos, do grau de comprometimento de recursos federais com a educação.

Proibida venda de jogador de futebol ao exterior durante campeonato

Os clubes brasileiros de futebol não correrão mais o risco de perder seus jogadores para os ricos clubes europeus no meio da temporada. A cessão ou transferência de atletas para o exterior, durante competições oficiais, passa a ser proibida por projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) aprovado ontem em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE).

Acolhida por unanimidade, a proposta (PLS 218/04) estabelece que as transferências somente serão vedadas durante campeonatos reconhecidos pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF).

– Apesar de conter apenas um artigo, o projeto é muito importante – disse o presidente da CE, Gerson Camata (PMDB-ES).

O relator da matéria, Valdir Raupp (PMDB-RO), observou

em seu parecer que existe um “prejuízo à qualidade das competições” quando jogadores são negociados antes do fim da temporada.

O senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG), apesar de votar a favor da proposta e de elogiar o seu autor, considerou o projeto “altamente polêmico”.

A CE também aprovou substitutivo de Valdir Raupp a projeto de José Jorge (PFL-PE) que regulamenta o ensino a distância (PLS 462/03). De acordo com o substitutivo, o tratamento diferenciado ao ensino a distância – já previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – incluirá custos reduzidos de transmissão em canais comerciais de rádio e TV e em meios de comunicação explorados mediante autorização do poder público.



Projeto aprovado pela Comissão de Educação recebe elogio dos senadores

Direção de escola passa a ser considerada função de magistério

As tarefas de direção de unidade escolar e de coordenação e assessoramento pedagógico passam a ser consideradas funções de magistério, segundo o Projeto da Câmara 127/05, que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE). Com isso, o período investido nessas atividades passará a ser considerado para a redução em cinco anos do tempo de contribuição necessário à aposentadoria especial dos professores, estabelecido na Constituição.

Relator do projeto, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) disse ter recebido centenas de manifestações de diversas partes do país favoráveis à aprovação da proposta, que será agora apreciada pelo Plenário em regime de urgência – segundo requerimento aprovado pela CE, de iniciativa do próprio senador.

Para Fátima Cleide (PT-RO), a matéria representa o “atendimento

a uma antiga reivindicação” dos profissionais de educação e, segundo Mesquita Júnior (sem partido-AC), “um ato de justiça”. Da mesma forma, Flávio Arns (PT-PR) observou que o projeto pode corrigir um “grave problema”.

A comissão aprovou também dois requerimentos de Paulo Paim (PT-RS). O primeiro solicita a realização de audiência sobre o ensino profissionalizante. O segundo pede a promoção de um seminário da CE em Canoas (RS) para discutir a implantação, na cidade, de um centro federal de educação tecnológica.

Foram acolhidos ainda requerimento de Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) de informações ao Ministério da Educação e emenda da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei 70/03, que inscreve o nome de Santos Dumont no Livro dos Heróis da Pátria.